

Maioria é favorável a manter o sistema

BRASÍLIA — Consciente de que a maioria a favor do presidencialismo no plenário da Constituinte é grande, o grupo que articulou a adoção do sistema parlamentarista pela Comissão de Sistematização já marcou reunião para a primeira semana de janeiro, com o objetivo de definir a estratégia de aprovação do novo sistema de Governo.

Para o Deputado Alceni Guerra (PFL-PR), a divulgação nos últimos dias de informações segundo as quais o Presidente Sarney concordaria com uma fórmula mista, ou "presidencialismo mitigado", não passa de manobra visando desmobilizar o grupo parlamentarista, quebrando sua unidade. Ao mesmo tempo, aceitar com o sistema misto seria também uma reserva estratégica para, no caso de o parlamentarismo crescer no plenário, tentar pelo menos preservar os poderes presidencialistas até o final do mandato de Sarney.

O medo do desconhecido e o conservadorismo são apontados por Guerra como os principais fatores que estão garantindo maioria à tendência presidencialista no plenário. Os parlamentaristas não chegaram a fazer um levantamento preciso, mas admitem como verdadeira a estimativa do Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que assegura a existência de cem presidencialistas em sua bancada. Com isso, a ala que se opõe à mudança do sistema de Governo precisaria de somente 120 dos 305 constituintes do PMDB para, com os votos dos pequenos partidos, ser majoritária.

Fórmula de Reale vai a negociação

BRASÍLIA — A emenda que proíbe o "presidencialismo parlamentarizado", apresentada pelo Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) e elaborada pelo jurista Miguel Reale Júnior, a pedido de Ulysses Guimaraes, será levada à mesa de negociações entre parlamentaristas, presidencialistas e Governo, quando se iniciar a votação do projeto da nova Carta.

Deixada de lado pela Comissão de Sistematização, a fórmula tem o apoio de Ulysses — que antes de viajar disse a parlamentares acreditar em sua viabilidade — e começa a entusiasmar alguns parlamentaristas, como o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos coordenadores do Centrão. Através dela, o Presidente da República nomearia o Primeiro-Ministro e o próprio Presidente ou o Congresso poderiam demiti-lo. Por outro lado, o Presidente mantém a chefia do Governo e do Estado, mas o Congresso pode pedir a demissão de ministros.

Bonifácio de Andrada, que conversou sobre o assunto com parlamentaristas defensores da implantação gradual do novo sistema, como Cid Carvalho (PMDB-MA), pretende iniciar na segunda metade de janeiro articulações nesse sentido. O Deputado acredita na aceitação do sistema misto de governo pelo Planalto, afirmando que mesmo os presidencialistas mais aguerridos são contrários ao "presidencialismo imperial" e acham que deve haver considerável limitação dos poderes do Executivo, em favor do Legislativo.